

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 04-5-2022.

---

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cezar Schirmer, Cintia Rockenbach, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Bruna Rodrigues, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Everton Giménis, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 001/22 (Processo nº 0008/22), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 163/22 (Processo nº 0311/22), de autoria de Pablo Melo; o Projeto de Resolução nº 013/22 (Processo nº 0296/22), de autoria de Alexandre Bobadra; o Projeto de Resolução nº 014/22 (Processo nº 0300/22), de autoria de Moisés Barboza; o Projeto de Resolução nº 017/22 (Processo nº 0314/22), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino; e o Ofício nº 1716/2022, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 010/22 (Processo nº 0355/22). A seguir, foi aplegado Requerimento de autoria de Kaká D'Ávila, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia três de maio do corrente. Na oportunidade, por solicitação de Fran Rodrigues, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Sérgio Brum. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Daiana Santos, Leonel Radde e Aldacir Oliboni. Às quatorze horas e quarenta e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 077/21 (Processo nº 0242/21), por vinte votos SIM e onze votos NÃO, após ser discutido por Comandante Nádia e Mauro Pinheiro e encaminhado à votação por Leonel Radde e Alexandre Bobadra, em votação nominal solicitada por Idenir Cecchim, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cezar Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Everton Giménis, Fran Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes e Pedro Ruas. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 072/22 (Processo nº 0360/22), após ser encaminhado à votação por Everton Giménis. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 071/22 (Processo nº 0349/22), após ser

encaminhado à votação por Alexandre Bobadra. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 344/21 (Processo nº 0825/21). Às quinze horas e vinte e nove minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/22, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 034/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 081, 175, 179, 360, 431, 442, 505, 545, 598/21 e 017, 121, 133, 143, 144, 145, 147 e 148/22 e o Projeto de Resolução nº 011/22; e, em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 399/21, este discutido por Airto Ferronato, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 420, 537, 566, 573, 595 e 596/21 e 005, 043, 070, 088, 104, 124, 126, 128/22 e o Projeto de Resolução nº 010/22. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se José Freitas e Matheus Gomes. Também, foram registradas as intenções de Jessé Sangalli, Felipe Camozzato, Mari Pimentel e Ramiro Rosário em votar contrariamente ao Requerimento nº 072/22. Ainda, foram registradas as intenções de Jessé Sangalli, Felipe Camozzato e Ramiro Rosário em votar contrariamente ao Projeto de Lei do Legislativo nº 344/21 (Processo nº 0825/21). Foi aprovado Requerimento de José Freitas, solicitando a retirada do pedido de regime de urgência para o Projeto de Lei do Legislativo nº 431/21 (Processo nº 1016/21). A seguir, foi registrada a intenção de Comandante Nádia em votar contrariamente ao Requerimento nº 072/22 (Processo nº 0360/22). Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quarenta e quatro minutos às quinze horas e quarenta e cinco minutos. Às quinze horas e quarenta e seis minutos, em cumprimento à deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

---

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Boa tarde a todos.

**VEREADORA FRAN RODRIGUES (PSOL) (Requerimento):** Boa tarde, Presidente; solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Sérgio Brum.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Eu quero reforçar o requerimento da Ver.<sup>a</sup> Fran, até dando conta da minha amizade com o Sérgio Brum, e dizendo, Presidente, que muitas e muitas vezes ele esteve conosco aqui nesta Casa, com a sua voz potente, uma voz de radialista, uma voz extraordinária e o seu caráter de militante permanente da causa dos municipais e dos órgãos públicos do nosso Estado em geral. Reforçando, porque é uma perda significativa, sentimos muito.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Esse sentimento, certamente, é de toda a Casa, porque todos nós conhecemos o Sérgio Brum. Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Boa tarde, Presidente; boa tarde colegas; boa tarde a todos aqueles que nos assistem pela TVCâmara; eu subo a esta tribuna, no período de liderança, para trazer aqui algo que, em definitivo, eu não gostaria que fosse dessa forma, pois corpos, como o meu, que, diante de toda uma construção das desigualdades, quando rompem essa normativa que, por vezes, tem todo um perfil que a gente sempre constrói, que é hétero, branco, que é cisnormativa e que mantém, como uma normalidade, esse *status quo* como forma de manutenção de poder, estes corpos, quando eles rompem essa normativa, nem sempre são compreendidos. Aliás, eles quase sempre, Ver.<sup>a</sup> Fran, são apontados, julgados, culpabilizados, responsabilizados de forma muito triste e colocados diante de uma situação de uma certa coação, um silenciamento que é histórico. Falando aqui uma mulher negra que saiu da comunidade, que compreendeu que a única possibilidade que ela tinha de se estruturar diante dessa sociedade era enfrentando, mas enfrentando tendo, principalmente ao seu lado, o conhecimento. Saber quem é e o lugar que ocupa mobiliza e mobiliza muito para que a gente organize esses enfrentamentos. Eu digo isso porque, desde a última segunda-feira, depois da minha manifestação aqui nesta tribuna, eu tenho recebido uma série de manifestações, muitas, aliás um número expressivo, felizes pelo fato de serem representadas neste lugar, pois há muito tempo que nós não temos aqui um perfil como este, como de outros vereadores que nesta Casa agora circulam. Mas tem uma parcela dos meus colegas, a qual eu respeito muito, que se sentiu ofendida. Eu digo: meus colegas, com todo o respeito que lhes é devido, não se sintam ofendidos, pois quando eu aqui proferi determinadas palavras, elas tinham o endereço certo. Eu falei o que falei, porque no dia, naquela segunda-feira, enquanto aquele debate tinha aquele nível raso, com inverdades, eu havia acompanhado uma professora da rede municipal, uma mulher trans que sofreu uma violência, e eu estava com ela no momento em que ela fez o registro, ouvindo todas aquelas questões que tocavam de forma tão aprofundada, aquele corpo negro de uma professora da rede municipal. Eu cheguei aqui permeada desse sentimento por saber que, na construção desses espaços, pessoas trans são totalmente invisibilizadas. Eu, como uma representante, um ponto diante desse universo, dessa imensidão que é a sigla LGBTQIA+, me coloquei à disposição para falar sobre isso pelo fato de ouvir uma série de coisas que não cabiam àquele debate; posso aqui trazer algumas: eu fiquei muito atenta a algumas mentiras que eu ouvi aqui, umas inverdades, na tentativa de censurar quando disseram que, no ensino médio, um menino com 16 anos poderia ocupar o banheiro de uma criança. Ora, isso, de fato, não é uma verdade. Eu lamento muito aqueles que se sentiram ofendidos, mas quando a gente ouve que essas mulheres e homens trans não têm o direito de existir – que já não tem esse direito de existir, pois a expectativa de vida no Brasil é de 35 anos, quando a realidade da população é duas vezes mais –, isso me fere, porque eu me sinto parte

dessa sigla. Lamento muito por aqueles vereadores, meus colegas que se sentiram ofendidos, mas quando eu trouxe aquela fala, eu falava justamente para os que antecederam a minha fala e trouxeram uma série de relações, de inverdades. Tenho um enorme respeito pelo espaço que ocupo, sei muito bem quem eu sou e como cheguei até aqui, não trarei, em nenhum momento, de forma leviana, informações que não sejam aquilo que me compõem enquanto mulher, negra, sapatão, comunista e que está hoje atuante nesta Casa, mesmo que assumindo essa postura, eu sofra ataques e tente ser silenciada constantemente. Essa não pode ser a postura de uma casa que promove debates democráticos. Se nós defendemos a democracia, respeito tem que ser o cerne, obviamente, mas me coloco sempre dessa forma mais expressiva, lamentando esses episódios, obviamente lamentando, e reitero que lamento, não só por aqueles que se sentiram ofendidos, mas principalmente pela constante das ofensas que chegam até nós, como se a ideologia da esquerda tivesse criado a linguagem neutra, coisa que não é verdade; como se este projeto tivesse sido apresentado por nós, coisa aqui também não é verdade; mas reitero que a importância e a responsabilidade daquilo que nós apresentamos aqui deve ser compactuada, mas principalmente compartilhada por todos. Não silenciarão corpos como o meu, e muito menos aquilo que nós representamos em ambientes como este. Há muito lutamos para romper o silêncio, mas principalmente para romper esta norma que nos condiciona a formas abjetas de viver e de existir numa sociedade que se diz plural, diversa e inclusiva, mas que em definitivo falha e falha muito; falha porque as ações que são promovidas para essa real inclusão não são igualitárias. Enquanto isso não ocorrer, Presidente, a gente tende a ter ainda alguns enfrentamentos por conta do desconhecimento, coisa que eu me coloco aberta e, de forma muito tranquila, digo aqui que me coloco aberta para poder esclarecer e trazer à luz toda e qualquer dúvida que tenha ficado referente a minha posição. Posição essa que não modifica por saber que sou eu, este corpo violado também, mas aqueles – como disse e retorno a dizer – que se sentiram ofendidos pela minha fala, lamento, colegas, lamento mesmo. Este é um espaço de construção e que isso caiba para todos. A partir do momento em que a gente questiona, critica e constrói no debate, toda a sociedade ganha e avança. Não seremos mais silenciadas, e, por isso, uso esta tribuna como parte daquilo que sou e não só daquilo que trouxe na última segunda. Este é um corpo projetado na política, por compreender que, se não fosse dessa forma, não haveria avanço. E o que aconteceu e esses últimos atos me deixam de forma muito evidente a compreensão disso, de se não for dessa forma, realmente, não vai haver mudança e nem transformação, porque a leitura da compreensão da realidade é muito distante daquilo que se passa aqui, neste plenário. Eu, encarecidamente, peço: observem muito bem as suas posturas e aquilo que a gente tem colocado aqui e promovido enquanto fala, pois, da mesma maneira como aqueles me disseram que se sentiram ofendidos, inúmeras vezes nós somos ofendidos e colocados em situações de extremo desfavorecimento. Rompo essa normativa, talvez, de forma mais enfática, naquele momento, porque o acúmulo dessas opressões gera em nós um tensionamento para além daquilo que se consegue ter controle. Não retiro a visceralidade daquilo que foi dito, não retiro a forma como eu me senti tocada, mas lamento aqueles que se sentiram ofendidos. Da mesma

forma que a gente ainda ouve, em determinados momentos, Ver. Matheus, questionamentos acerca da nossa postura, da nossa construção e de quem nós somos aqui, eu também solicito para que seja revista a maneira como conduzem esses processos diante de nós. Eu me sinto, sim, silenciada; eu me sinto, sim, violada, e digo que não serei e não aceitarei, de forma muito direta digo isso, esse comportamento. Novamente, ressalto: lamento aqueles que se sentiram ofendidos, mas essa não é uma postura da Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos, essa é uma postura da sociedade brasileira; essa é uma postura da população LGBTQIA+ invisibilizada e morta por conta de ações que não condizem com a realidade da mesma.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, população que nos assiste pela TVCâmara. Deixo aqui minha solidariedade à Ver.<sup>a</sup> Daiana e estamos juntos nessa luta. Ontem tivemos a votação do reajuste salarial dos servidores públicos do Estado Rio Grande do Sul, e é importante que os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público saibam quais partidos estão ao seu lado e quais partidos devem ser rechaçados nas eleições 2022. Eu vou ler aqui então os nomes dos deputados e os partidos, quais partidos foram contra a reposição da inflação mínima de 10,0 6%. MDB: Gabriel Souza, Beto Fantinel, Carlos Búrigo, Gilberto Capoani, Patrícia Alba, Vilmar Zanchin; PTB: Elizandro Sabino; União Brasil: Aloísio Classmann, Dirceu Franciscon; PP: Adolfo Brito, Ernani Polo, Frederico Antunes, Sérgio Turra, Silvana Covatti; Podemos: Airton Lima; Republicanos: Francis Somensi, Francine Bayern, Sergio Peres; PSD: Gaúcho da Geral; PSDB: Zilá Breitenbach, Rodrigo Maroni, Pedro Pereira, Neri, o Carteiro, Mateus Wespe, Luiz Henrique Viana; PL: Eric Lins, Kelly Moraes, Papparico Bacchi, Rodrigo Lorenzoni; Cidadania: Any Ortiz; NOVO: Giuseppe Riesgo, Fábio Ostermann. Detalhe, o partido NOVO era contra inclusive a reposição de 6% no salário dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul. Colega servidor, colega trabalhador e trabalhadora do serviço público, trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa privada que não têm, há anos, a reposição do piso do salário mínimo regional, prestem atenção nos partidos, prestem atenção nesses deputados e lembrem-se: no período eleitoral, tem muita gente que faz discurso como se fosse da classe, se apresenta como policial, como servidor público, como um respeitador das instituições e, ao fim e ao cabo, vota contra a classe, vota contra os aposentados e aposentadas. Chega de demagogia! O período eleitoral está próximo, o recado foi dado, mais uma vez, na Assembleia Legislativa, o recado foi dado o ano inteiro, o ano passado, durante os quatro anos e não é possível que os trabalhadores e as trabalhadoras do serviço público, os trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa privada, os aposentados e as aposentadas não tenham consciência e repitam o voto nesses partidos. O alerta está dado, eu espero que em 2022

tenhamos uma boa resposta nas urnas e toda a solidariedade aos trabalhadores do nosso Estado. Seis por cento é uma vergonha. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o nosso Presidente Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, nós tivemos uma situação muito pontual hoje na reunião de líderes, nobre Ver. Ramiro, quando a nossa colega, Ver.<sup>a</sup> Daiana foi muito interpelada com relação à posição da última sessão de segunda-feira. E eu disse na minha fala, hoje de manhã, num linguajar muito popular, que pau que bate em Chico bate em Francisco. O tratamento que nós devemos dar a um vereador ou a uma vereadora é o mesmo que devemos dar aos demais. Se a agressividade neste local, nesta tribuna foi em função de uma crítica contra o governo, é uma posição de oposição; se o vereador ou a vereadora que está utilizando desta tribuna se manifestar contrariamente a um projeto de lei de um colega ou de uma colega – que era o que estava se discutindo na segunda-feira – é uma posição de partido, de campo, não cabe levar para o lado pessoal, conforme a própria vereadora esclareceu aqui para todos nós. Quando alguém leva para o lado pessoal, é uma outra realidade, cabem os recursos que a Câmara oferece para que o vereador possa se defender, mas não pode ter tratamento diferenciado: alguém que está na base do governo ter um tratamento; quem está na oposição ter outro tratamento; ou quem está em cima do muro, outro tratamento. Nós temos que ter cuidado, porque ação parlamentar é uma ação que o cidadão te dá para vires aqui e ter opinião. Se nós viermos aqui e não tivermos opinião, nós não teremos condições de sermos vereador ou vereadora.

A opinião, desde que não ofenda uma pessoa, pessoalmente, mas que ela seja da política – você fazer uma crítica ao governo federal, ao governo estadual, ao governo municipal, a um projeto de iniciativa de um colega –, é natural. Quando você desce da tribuna, você é igual a todos; aqui tu podes ter uma opinião diferenciada. Então, nobre Presidente, é por isso que nós temos que entender que quem me deu esse direito parlamentar de vir aqui expressar a opinião foi o cidadão. Quando eu fui candidato – como todos nós fomos –, o cidadão me elegeu pela minha opinião e pelo que defendo, seja na saúde, na educação, na assistência social, na infraestrutura da cidade, no plano diretor e numa série de questões.

Nós estamos aqui exatamente para exercermos o nosso papel, e é por isso que a Câmara tem que ter toda uma parcimônia, um certo cuidado e não ameaçar vereador, como aconteceu de manhã, que já teriam algumas assinaturas para comissão de ética. A comissão de ética nem foi instituída, vamos ter calma. É nesse sentido que nós pedimos parcimônia a todos os colegas vereadores e vereadoras, para respeitarem

os espaços de cada um, assim nós reservamos o direito à democracia e o direito de sermos vereador da cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Solicito a abertura do painel para entrar na Ordem do Dia. Enquanto as Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores dão a presença, queremos anunciar aqui os 61 anos do Ver. Alvoni Medina. Parabéns, vereador, apareceu um bilhete aqui dizendo que eram 58 anos!

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h49min:** Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

**VEREADOR JONAS REIS (PT) (Requerimento):** Presidente Cecchim, recebi uma notícia muito triste e queria pedir a esta Casa um minuto de silêncio pelo falecimento de um engenheiro que trabalhou muito Prefeitura, dedicado, foi presidente da Astec por várias gestões, um lutador pela engenharia neste Município, participou da construção de várias obras, que, infelizmente, faleceu dormindo, nesta madrugada, fomos informados pela sua esposa, o Sérgio Brum, do quadro da Prefeitura, aposentado, membro do Conselho de Administração do Previmpa. Eu convivi muito com ele, uma pessoa muito sábia, entendia das obras públicas, sabia e ajudou a construir muitas coisas que temos nesta cidade, inclusive escolas. Eu queria pedir um minuto de silêncio em memória ao querido e já saudoso Sérgio Brum.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Já foi procedido um minuto de silêncio, vereador. Vamos agregar seu pedido aos pedidos anteriores.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0242/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 077/21,** de autoria das Ver<sup>as</sup> Fernanda Barth, Comandante Nádia e Psicóloga Tanise Sabino e dos Vers. Alexandre Bobadra, Ramiro Rosário, Jessé Sangalli e Hamilton Sossmeier, que garante aos estudantes do Município de Porto Alegre o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino, e obriga a Administração Pública Municipal, Direta e Indireta a empregar a língua portuguesa, na forma em que menciona, em todos os seus meios de comunicação externa. **(SEI 212.00031/2021-53)**

**Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CUTHAB, e CECE**. Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

**Observações:**

- retirada a Emenda nº 01;
- discutiram a matéria os Vers. José Freitas, Leonel Radde, Cassiá Carpes, Aírto Ferronato, Pedro Ruas, Alexandre Bobadra, Ramiro Rosário, Mônica Leal, Everton Gimenis, Karen Santos, Claudio Janta, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Fran Rodrigues, Matheus Gomes e Daiana Santos em 02-05-22;
- incluído na Ordem do Dia em 13-12-21.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em discussão o PLL nº 077/21. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Boa tarde, Presidente Cecchim; boa tarde, colegas vereadores; fiz questão de vir discutir o projeto, que foi discutido acaloradamente na última segunda-feira. É um projeto que ressalva o óbvio. Muitas vezes o óbvio tem que ser dito para que as pessoas não esqueçam. Esse é um projeto muito simples, aliás, é um projeto que nem precisaria existir se não houvesse grupos que querem simplesmente acabar com a língua portuguesa. Quero dizer para os senhores que a língua portuguesa não é machista, a língua portuguesa não é homofóbica, a língua portuguesa não é sexista, a língua portuguesa está pautada dentro da gramática que foi pensada, não tem interesse nenhum de excluir as pessoas, antes mesmo pelo contrário, ela é uma língua em que todos se entendem. Inclusive, tenho a dizer para os senhores que, pelo novo acordo ortográfico, países africanos estão aderindo à nossa língua portuguesa. E vejam bem: existem pessoas, vereadores aqui dentro que, infelizmente, querem forçar o respeito à diversidade, não fazendo coisas que realmente façam com que as pessoas diferentes sejam respeitadas; querem, por exemplo, trocar a língua portuguesa. Se a troca da língua portuguesa fosse questão de respeito, ainda seria algo útil; mas tal como acontece na questão da violência doméstica, quando tantas pessoas da esquerda se levantam com as mulheres vítimas e as entendem como frágeis, que precisam ser protegidas, quando há um estupro, são essas mesmas pessoas que são contrárias à castração química. Ou seja, são do mimimi.

Querido Ver. Ferronato, “prof” é uma gíria, não é ensinado pelo professor de língua portuguesa, é uma linguagem informal falada carinhosamente pelos alunos. O que nós estamos dizendo neste projeto é que o professor não pode usar em documentos oficiais – como provas, como testes, como exercícios – uma língua que não existe, como “amigues”, como “todes”, como um “x” ou uma outra coisa qualquer, substituindo o “a” e o “o” – até porque o “e” não é uma questão de ser neutro, porque “pente” é um substantivo masculino, e o “e” não é uma coisa neutra. Então, queridos, quem fala aqui para vocês é uma professora de língua portuguesa, não queiram fazer

com que as crianças e os adolescentes de Porto Alegre continuem, cada vez mais, com a nota do IDEB pior que está. É uma pseudoinclusão que estão tentando fazer, com substantivos inexistentes, com pronomes falsos, com regras estapafúrdias que não dizem respeito à língua portuguesa. São dialetos, queridos, e dialetos são falados em grupos, assim como gírias; grupos de pessoas usam dialetos e gírias, mas isso não pode ser ensinado em sala de aula, porque isso não é língua portuguesa formal, é uma linguagem coloquial, é uma linguagem informal, natural e popular, e isso não pode ser ensinado como o correto. O correto é a língua culta, é a língua formal no uso correto das normas gramaticais bem como na pronúncia das palavras. Devo dizer aqui que, às vezes, nesta Câmara, é mais fácil entender japonês em Braille, como dizia Djavan, porque – olha! – é difícil nós termos que ficar chovendo no molhado. Esse projeto realmente não é da esquerda, esse projeto é daquelas pessoas que querem – não é da direita também – que os alunos, crianças e adolescentes, aprendam o uso correto da língua. Agora, se informalmente quiserem usar o amigues, o cara, seja lá o que for, que assim o façam, mas não queiram fazer com que uma minoria que grita e que quer trocar o todo seja o natural. Não é. O respeito acontece a partir de ações, o respeito acontece a partir de ações e não de troca de uma língua que está consagrada. A língua dinâmica, eu vou ensinar para vocês, a língua dinâmica no informal, querida, vamos voltar a sala de aula! Quero dizer para vocês que, na última sessão, eu ouvi estapafúrdios aqui; vereadores xingando os colegas com palavras de baixo calão, ainda não os vi, mas isso foi falta de respeito, isso é falta de respeito e eu não vi aqui o pedido de desculpas por parte desses vereadores que infelizmente falam, falam, mastigam as palavras como se elas fossem verdadeiras. Então estejamos todos os vereadores, aqui, atentos, porque os nossos alunos da rede municipal merecem e têm o direito de aprender a língua portuguesa na sua plenitude, como é o correto. Muito obrigado a todos. É “sim” ao projeto.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra discutir o PLL nº 077/21.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Ver. Idenir Cecchim, Presidente desta Casa, demais vereadores, público que nos assiste, público nas galerias que nos dão a honra de estar aqui nos assistindo. Eu, num primeiro momento, nem iria discutir, Ver. Cezar Schirmer, este projeto, porque se uma pessoa chegar... E hoje nós temos aí a feira, se tiver alguém de fora do Brasil, que vier aqui e ler o projeto de lei – e eu parabeno o projeto –, nos seus artigos, vai dizer assim: “Mas vocês estão fazendo um projeto para garantir que as pessoas, os alunos, aprendam a língua portuguesa de forma correta? Precisa fazer um projeto de lei?” Então as pessoas mais desavisadas, que não estiverem no contexto do debate na cidade de Porto Alegre, elas não vão nem entender por que tem um projeto de lei, hoje, nesta Casa, sendo discutido, para garantir que se fale o português na forma correta, como é a orientação nacional do Ministério da

Educação. É algo fora da lógica, fora da curva, só que, nós, que estamos aqui no dia a dia, estamos acostumados a ver que algumas pessoas querem levar a ideologia acima do correto, e trazer a ideologia para as escolas, ao invés de ensinar o que as crianças precisam aprender, estão preocupados em transformar essas crianças, esses alunos, em seguidores ideológicos. Então é preciso que se faça um projeto de lei, que se aprove nesta Casa, para garantir que as crianças tenham o direito de aprender da forma correta. É, realmente, seria desnecessário, mas é isso que precisamos fazer.

Eu estava lembrando, os meus cabelos brancos não são por acaso, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, a gente vai lembrando do passado de debates que eu já vi nesta Casa, de uma vereadora, não vou citar o nome, vereadora e professora do Município de Porto Alegre, nesta Casa, dizendo que não precisava os professores se preocuparem em ensinar os alunos matemática nem português, eles tinham que aprender ideologia, saber se posicionar ideologicamente. Este é País que alguns querem, onde a ideologia esteja acima de tudo. Aqueles que querem o bem das pessoas, certamente, votarão favorável a esse projeto, porque esse projeto nada mais é do que transformar o projeto em uma lei para garantir, como disse a vereadora, que as pessoas tenham o direito de aprender e falar corretamente a língua do seu país. Portanto, vereadora, conte com o apoio deste vereador, votarei favorável. Até não discuti antes, porque achava que era desnecessário, e era óbvio que todos os vereadores votariam a favor do melhor para a população de Porto Alegre. Muito obrigado, parabéns, vereadora.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o PLL nº 077/21. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Tivemos uma aula de português com a “Nádia Pasquale”, grande professora da língua portuguesa, que trouxe aqui informações incontestáveis sobre o quanto a língua portuguesa é imutável. Curioso. Eu fico olhando Dom Pedro II falando; hoje em dia, seria algo ininteligível. Mas o que eu acho mais curioso na argumentação da nossa extrema direita é a vinculação incessante do público LGBT com estupro, com pedofilia. Depois vão responder processo no STF e ficam chorando. Essa vinculação pedofilia – estupro – população LGBT é algo absurdo, é abjeto, é vergonhoso, é imoral, é populista, posso aqui ficar dando diversos adjetivos. Parece que, aqui nesta Casa... engraçado, não é? A Nádia, ela fala tanto em escola cívico-militar por educação, ordem, respeito ao professor, mas quando um colega está falando aqui, ela não para de falar lá embaixo. Não é? Não é para ter ordem, hierarquia e disciplina? Isso é falta de disciplina! É tipo assim: ela é servidora pública, vota contra servidor público; ela pede disciplina e age com indisciplina. Normal, nada mais normal do que essa postura da extrema direita. Mas voltando ao assunto, tem um detalhe sobre a castração química, porque até isso voltou aqui, parece que estamos no Congresso Nacional, debatendo o Código Penal: a castração química, comprovadamente, não

impede mais que o estupro siga estuprando, porque ele pode utilizar outros objetos. Ficam com essa conversa de que “a esquerda é contra a castração química”, mas vão estudar, vão estudar um pouco o básico, parem de usar o sentimento, o medo das pessoas, esse sentimento de repulsa para vincular o que é crime com a esquerda. Como eu falo: isso é típico dos fascistas, isso é típico da extrema direita, é típico das *fake news*. E as *fake news* que foram contadas nesta Casa, é que o projeto da linguagem neutra foi apresentado pela esquerda. Foi dito aqui: eles querem modificar as normas. Quem está atacando essa ideia é a extrema direita da Casa, ninguém estaria falando sobre isso, se não fosse a extrema direita da Casa, mas fazem isso para não debater sobre o Queiroz, Adriano da Nóbrega, não debater o desemprego, o gás de cozinha, o combustível, a população indígena que vem desaparecendo, os garimpeiros, as mortes. Aí ficam trazendo essas pautas, para lá na Assembleia votar contra servidor, votar contra aposentado, arrebanhar o serviço público, privatizar...

(Aparte antirregimental.)

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Não deu, porque agora eu estou falando. Quando eu estou falando, eu espero que respeitem, os disciplinados da direita. Não são disciplinados? Tão disciplinados! A esquerda é baderneira, a esquerda não respeita as ordens...

(Aparte antirregimental.)

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** É isso, obrigado. Mas é curioso. Então a contradição é clara, este projeto é inconstitucional, este projeto é vergonhoso, inconstitucional, oportunista, populista, e o que importa é: essa extrema direita utiliza a pauta moral passar a boiada e matar geral. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 077/21.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL):** Sr. Presidente, colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, hoje vamos votar aqui um projeto muito importante, um projeto que vai entrar para história da nossa cidade – estou com uma gravata vermelha aqui em homenagem ao Sport Club Internacional e à da Ordem dos Advogados do Brasil.

A gente está conversando com as pessoas, ligando, mandando mensagem, a pauta aqui é a linguagem neutra, é a proibição da linguagem, eu vou falar sobre esse assunto, mas eu vou fazer uma preliminar que é um assunto vinculado a esse, sobre a questão da sexualização das nossas crianças. Quero fazer uma denúncia na TVCâmara para a Comissão de Educação da Casa, para o Ministério Público, para os órgãos

responsáveis: eu tenho informação que escolas na Lomba do Pinheiro, tanto Escola Municipal quanto Escola Estadual, estão deixando utilizar o banheiro feminino por homens e o masculino por mulheres. Vejam bem, eu, como professor de Direito Constitucional, Ver. Leonel Radde, tenho a obrigação de dizer que a competência do vereador é o Ensino Fundamental que é competência do Município, o Ensino Médio é competência do Estado e o ensino superior da União. Então, nossa competência, é fiscalizar as escolas municipais e as escolas estaduais quando tiver Ensino Fundamental, é nossa atribuição, é nossa função, fomos eleitos para isso, para representar na Câmara de Vereadores um milhão e meio de pessoas. Então, nessas escolas, homens estão indo no banheiro de mulheres e mulheres no banheiro de homens. Imaginem vocês um *case*, num intervalo, vai uma menina de 5 anos no banheiro e lá está um jovem de 17 anos e vai utilizar o mictório, isso é um absurdo, onde vamos parar!

(Aparte antirregimental do Ver. Leonel Radde.)

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL):** Eu vou repassar, depois, para vocês o nome da escola. Eu até vou convidar o Ver. Leonel Radde, como é policial 24 horas, embora tenha entrado há pouco tempo, mas ele é policial, fez o concurso, que ele possa me ajudar, numa comissão de vereadores, na Lomba do Pinheiro e outras escolas. O pessoal está dando nome da escola, está dando o nome de professor, denúncias gravíssimas que eu gostaria de apurar com os meus próprios olhos.

Por que este projeto foi protocolado aqui na Casa, Presidente? Porque Porto Alegre – por óbvio são 27 capitais – está em 26º lugar, ou seja, em penúltimo lugar no índice do Ministério da Educação das capitais. Então, imaginem vocês, se nós estamos em penúltimo lugar no ensino, Porto Alegre, que foi administrada por 16 anos pelo partido do Ver. Radde, pela esquerda ultraradical. O Ver. Radde, que quando um colega sobre a tribuna, cerceia a palavra. Eu acho que o Ver. Radde – o senhor quer falar aqui, vereador, quer falar de novo? Obrigado. Então, vamos lá, Porto Alegre foi administrada por 16 anos pela esquerda ultraradical que acabou a nossa cidade; a esquerda ultramegahiper-radical do Ver. Radde, administrou a nossa cidade por 16 anos, e esse projeto aqui que combate linguagem neutra, vai ao encontro. Radde, vou te ensinar, de encontro é contra, ao encontro é favor. Esse projeto vai a favor de quem mora em Porto Alegre, protege as nossas crianças; se nós estamos em penúltimo lugar no índice de educação do IDEB, as nossas crianças não vão ser aprovadas no ENEM, não vou ser aprovadas em concurso público. A coisa já está ruim; agora, se aprovarmos a linguagem neutra, piorará mais ainda. Nós temos que ensinar para nossas crianças história, geografia, matemática, português; a linguagem portuguesa tradicional, que está no manual da Presidência da República; se nós aprovássemos a linguagem neutra, por exemplo, aqueles que se utilizam de libras seriam prejudicados; então é um projeto importante, sim, é constitucional, é competência dos vereadores desta Casa; tenho certeza de que vai ser aprovado por ampla maioria. Porto Alegre não pode parar!

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Jonas Reis (PT):** Presidente, como vice-presidente da Comissão de Educação desta Casa, fiquei muito preocupado com esta denúncia que o Ver. Bobadra fez aqui sobre banheiros de escolas estarem sendo utilizados por meninos e meninas ao mesmo tempo, ele faz aqui uma acusação, ele precisa dizer para nós quais são as escolas; nós vamos visitar, como vereadoras e vereadores, membros da Comissão de Educação, que isso é uma coisa séria. Caso isso não seja verdade, o vereador está aqui atacando o próprio código de ética da Câmara, que é não falar a verdade. Então nós precisamos dos nomes. Vereador, se puder vir nesse microfone aqui dar o nome dessas escolas do Município de Porto Alegre porque temos o maior interesse, como vereadoras e vereadores, da Comissão de Educação, em visitar as escolas. Obrigado!

**Vereador Alexandre Bobadra (PL):** Eu ia fazer uma denúncia formal, mas o Ver. Jonas pediu que eu antecipasse o nome da escola, eu vou antecipar, vejam bem: “Bom-dia, Alexandre, quem fala aqui é o pai de um aluno, estou falando sobre um caso, uma situação muito chata e peculiar, da Escola Municipal São Pedro, fica aqui, na Lomba do Pinheiro. Meu filho tem 15 anos e meu sobrinho 12 anos”. E aí, eu falei “Bah, o que é isso? Me dá mais esclarecimentos”. E ele: “Muito obrigado pelo retorno, fico no aguardo”. Outro nome de escola que vou te passar o nome é da Escola Estadual Padre Rambo, que fica no Partenon. O nome da escola que tu perguntaste, Jonas, é a Escola Municipal São Pedro, e fica na Lomba do Pinheiro. Eu te convido, para amanhã, eu, tu e o Radde irmos juntos lá para fiscalizar essa escola.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Registrado.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLL nº 077/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

## **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 072/22 – (Proc. nº 0360/22 – Ver. Everton Gimenis) –** requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao BANRISUL público e estatal”. **(SEI 282.00002/2022-11)**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação Requerimento nº 072/22, de autoria do Ver. Everton Gimenis.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Everton Gimenis está com a palavra para encaminhar a matéria.

**VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT):** Boa tarde a todas e todos, queria cumprimentar a Presidência da Mesa, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, queria fazer uma saudação especial aos bancários e principalmente aos banrisulenses que estão

aqui no plenário, mesmo a gente tendo sido avisado em cima da hora, porque como esse meu mandato é de um espaço curto, a gente conseguiu encaminhar a moção ontem no sistema e, hoje, quero agradecer aqui ao nosso líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o Ver. Leonel Radde, que conseguiu encaminhar, na reunião de líderes. Inclusive quero agradecer aos líderes dos outros partidos por terem aceito incluir na pauta do dia esse tema, porque sou bancário, enquanto estou aqui na Casa ainda. Quando eu fui presidente do Sindicato, vim algumas vezes aqui defender o Banrisul público. E qual é a importância de nós discutirmos novamente isso? Não sei se vocês sabem, mas depois que a maioria da Assembleia Legislativa rasgou a Constituição Estadual do nosso Estado e tirou a única lei, a única emenda popular que tinha na nossa Constituição Estadual que garantia que, para entregar qualquer empresa pública, ou seja, para o governo se desfazer de um patrimônio público teria que consultar a população do Rio Grande do Sul, que é, de fato, a verdadeira dona das empresas públicas, porque o povo é o dono do patrimônio público. Então, a Assembleia, por maioria, retirou da Constituição essa emenda popular, esse artigo que garantia a democracia no Estado, facilitou e abriu o caminho para a privatização das empresas públicas que ainda nos restavam, como o Banrisul, Corsan e Procergs. Já tinha sido vendida uma parte da CEEE e o resto foi entregue o ano passado por R\$ 100 mil, e a gente está vendo resultado dessa entrega agora, cada vez que chove e a população fica sem luz, às vezes por uma semana, pela incompetência e pelo descaso da empresa privada que comprou. Então, depois da aprovação da PEC nº 280, facilitou a entrega das empresas públicas, por isso nós fizemos essa moção, para reafirmar aqui, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, queremos contar com o apoio de vocês para aprovar essa moção de que o Banrisul é um banco importantíssimo para o nosso Estado; o Banrisul é importante para o desenvolvimento do Estado, o fomento do Estado. Numa época em que o Estado do Rio Grande do Sul vive uma grande crise econômica, o Estado não pode abrir mão de um instrumento de crédito, de fomento como é o Banrisul, como é o Badesul também aqui no Estado. Por isso, nós lembramos que mais de 70% da população é contra a privatização do Banrisul, tanto que até o governo Leite, que agora diz que pode privatizar o Banrisul, para se eleger na campanha ele disse que era contra a privatização do Banrisul e da Corsan porque sabia que se defendesse na campanha a privatização do Banrisul e da Corsan, perderia a eleição, por que o povo gaúcho sabe da importância do banco. O banco de todos os gaúchos e gaúchas, o banco que une colorados e gremistas inclusive neste Estado. Então nós queremos fazer esse debate, apesar de terem tirado da população o direito de decidir, nós queremos fazer publicamente esse debate. Nós fizemos há pouco tempo – no ano passado ainda – o plebiscito popular sobre as privatizações, e também tivemos como resultado que mais de 90% da população gaúcha que foi votar no plebiscito contrariamente à entrega do patrimônio público gaúcho.

A gente sabe que as empresas públicas geram empregos, geram desenvolvimento, são importantes para projetos. E o Banrisul, se nós tivermos um governo sério, pode servir inclusive para fomentar aqueles setores estratégicos da nossa economia.

Em alguns governos o Banrisul servia para isso, para fomentar os setores econômicos mais importantes. Portanto, nós estamos aqui em nome da população gaúcha que é contrária à venda, em nome de toda a categoria bancária, e principalmente dos banrisulistas – que são mais de 10.000 neste Estado –que estão dizendo não à privatização do Banrisul, e pedindo apoio desta Casa para votar essa moção, que está sendo votada em todas as câmaras de vereadores do Estado, contra a privatização do Banrisul, em solidariedade e apoio ao Banrisul público e estatal. Viva o Banrisul, o banco de todos os gaúchos e gaúchas.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o Requerimento nº 072/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 071/22 – (Proc. nº 0349/22 – Ver. Alexandre Bobadra e Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia)** – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao chamamento de todos os aprovados na primeira fase do concurso vigente da SUSEPE-RS, para que sejam convocados para a segunda fase (teste de aptidão física) prevista no certame”. **(SEI 222.00035/2022-11)**

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o Requerimento nº 071/22. (Pausa.) O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a matéria, como autor.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL):** Colegas vereadores, Presidente, telespectadores da TVCâmara, não se trata de um projeto de esquerda ou de direita, é um projeto de interesse público *lato sensu*, é um projeto da nossa Câmara de Vereadores. Três mil e oitocentos candidatos foram aprovados no concurso da Susep – a nossa Polícia Penal e hoje pela manhã estive lá com o superintendente, com o secretário. É interesse da administração chamar 3.800 candidatos para fazer a prova física, não apenas 3.000. Isso vai ajudar na questão da economicidade do Estado, e vai possibilitar ao Estado Rio Grande do Sul, a construção de novos presídios, e ter novos servidores para serem nomeados nos próprios períodos. Peço aos colegas que seja aprovado por unanimidade.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o Requerimento nº 071/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0825/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 344/21,** de autoria da Mesa Diretora, que cria parcelas autônomas para o pagamento de valores referentes às vantagens incompatíveis com o disposto na Lei Complementar nº 851, de 12 de junho de 2019. **(SEI 014.00033/2021-89)**

### **Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB.** Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;  
- incluído na Ordem do Dia em 04-05-22, com Requerimento do art. 110 do Regimento da CMPA.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em discussão o PLL nº 344/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h29min:** Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0046/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 002/22,** que cria o Programa de Gestão do Patrimônio Imobiliário de Porto Alegre (PGPI), de suas autarquias e fundações, dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar nº 869, de 27 de dezembro de 2019, e da Lei nº 5.994, de 25 de

novembro de 1987, revoga a Lei Complementar nº 866, de 6 de dezembro de 2019, e revoga a Lei nº 5.875, de 28 de janeiro de 1987. **Com Mensagem Retificativa nº 01. (SEI 118.00139/2022-41)**

**PROC. Nº 0246/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 081/21**, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que define atividades essenciais enquanto viger o estado de calamidade pública decorrente do novo Coronavírus (Covid-19), regulando o § 9º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no âmbito do Município de Porto Alegre. **(SEI 220.00034/2021-89)**

**PROC. Nº 0463/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 175/21**, de autoria da Verª Bruna Rodrigues, que assegura às mulheres de baixa renda e vítimas de violência doméstica a prioridade em programas e serviços sociais do Município de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01, da Verª Bruna Rodrigues. (SEI 221.00066/2021-83)**

**PROC. Nº 0475/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 179/21**, de autoria da Verª Daiana Santos, que institui a Política Municipal de Fomento ao Empreendedorismo Negro no Município de Porto Alegre. **(SEI 209.00063/2021-62)**

**PROC. Nº 0857/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 360/21**, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que assegura prioridade na vacinação contra pneumonia na rede pública de saúde do Município de Porto Alegre para os grupos que especifica. **(SEI 021.00166/2021-48)**

**PROC. Nº 1040/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 442/21**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que obriga o nivelamento de tampões, caixas de inspeção e tampas metálicas de telefonia, de energia elétrica e de esgoto cloacal, por parte das empresas por eles responsáveis, nos locais em que forem executadas obras de pavimentação, recapeamento, reconstrução, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em passeios e vias públicas. **(SEI 024.00106/2021-22)**

**PROC. Nº 1152/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 505/21**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do povo porto-alegrense as religiões de matriz africana Umbanda, Candomblé, Quimbanda, Jeje, Candomblé Ketu, Candomblé de Angola e Ifá. **(SEI 024.00141/2021-41)**

**PROC. Nº 1330/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 598/21**, de autoria dos Vers. José Freitas e Alvoni Medina, que inclui a efeméride Dia do Grupo Arimateia no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores –, a ser comemorado no dia 17 de março. **(SEI 034.00513/2021-20)**

**PROC. Nº 0036/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 017/22**, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que assegura a todos o pagamento de meia-entrada para o ingresso em atividades culturais e esportivas, tais como espetáculos cinematográficos, teatrais, musicais, circenses, jogos esportivos, e em eventos congêneres realizados no Município de Porto Alegre e revoga a Lei nº 9.989, de 5 de junho de 2006, que assegura o pagamento de meia-entrada a estudantes e aos jovens com até 15 (quinze) anos, e a Lei nº 11.519, de 18 de dezembro de 2013, que assegura o pagamento de meia entrada às pessoas com deficiência. **(SEI 220.00017/2022-22)**

**PROC. Nº 0256/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/22**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Mari Pimentel, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Associação dos Amigos do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas – AHMI. **(SEI 211.00025/2022-88)**

**PROC. Nº 1016/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 431/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia e do Ver. José Freitas, que regulamenta a instalação, a reinstalação e o funcionamento de atividades dedicadas à operação de desmanche de veículos, de fundições, de galpões de reciclagem, de compra e venda de sucata e de peças novas e usadas de veículos automotores, de aquisição, de estocagem, de comercialização e reciclagem de produtos, bem como estabelecimentos comerciais assemelhados no Município de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas e da Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia. (SEI 025.00094/2021-35)**

**PROC. Nº 0817/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 034/21**, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui incs. XII, XIII e XIV no *caput* do art. 15 da Lei Complementar nº 869, de 27 de dezembro de 2019, incluindo o Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre, o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural e o Fundo Pró-Cultura do Município de Porto Alegre no rol de exceções à reversão para o Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal referido no art. 12 daquela Lei Complementar. **(SEI 208.00216/2021-72)**

**PROC. Nº 1220/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 545/21**, de autoria dos Vers. Aldacir Oliboni e Leonel Radde, que inclui o Salão Gaúcho do Artesanato no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores. **(SEI 021.00277/2021-54)**

**PROC. Nº 0238/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 121/22**, de autoria das Ver<sup>as</sup> Daiana Santos e Psicóloga Tanise Sabino, que inclui a efeméride Dia do Profissional da Psicologia no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto

Alegre –, e alterações posteriores, no dia 14 de novembro. **Com Emenda nº 01, da Verª Daiana Santos. (SEI 209.00072/2022-34)**

**PROC. Nº 0257/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 133/22**, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que inclui a efeméride Dia da Gratidão no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 21 de setembro. **(SEI 036.00048/2022-14)**

**PROC. Nº 0277/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 143/22**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua Jane Maria Rodrigues Tortorella o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Oito Mil e Dezessete, localizada no Bairro Lageado. **(SEI 037.00489/2021-26)**

**PROC. Nº 0279/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 144/22**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua Adília Fernandes da Cruz o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Oito Mil e Dezoito, localizada no Bairro Lageado. **(SEI 037.00491/2021-03)**

**PROC. Nº 0280/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 145/22**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua João Tome do Nascimento o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Oito Mil e Dezenove, localizada no Bairro Lageado. **(SEI 037.00490/2021-51)**

**PROC. Nº 0285/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 147/22**, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Girma Santos dos Santos o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua J – Vila São Judas Tadeu –, localizado no Bairro Partenon. **(SEI 034.00179/2022-95)**

**PROC. Nº 0286/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 148/22**, de autoria do Ver. Jonas Reis, que inclui a efeméride Dia da Terra no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 22 de abril. **(SEI 210.00230/2022-44)**

## **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0953/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 399/21**, de autoria da Verª Fernanda Barth e do Ver. Cassiá Carpes, que estabelece que as redes de infraestrutura de cabeamento para a transmissão de energia elétrica, de telefonia, de comunicação de dados via fibra óptica, de televisão a cabo e de outros cabeamentos deverão ser exclusivamente subterrâneas, revoga a Lei nº 10.337, de 28 de dezembro de 2007, e dá outras providências. **(SEI 212.00066/2021-92)**

**PROC. Nº 0996/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 420/21**, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui o evento Feira de Integração Artesanal (FIA) no Anexo I da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, em 1 (uma) semana de cada mês, e a institui como evento de natureza sociocultural e de turismo do Município de Porto Alegre. **(SEI 034.00430/2021-31)**

**PROC. Nº 1209/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 537/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Sâmila Monteiro, que institui a Política de Transparência nos Programas de Regularização Fundiária no Município de Porto Alegre. **(SEI 261.00001/2021-06)**

**PROC. Nº 1274/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 566/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que declara de utilidade pública a Sociedade União da Vila dos Eucaliptos – SUVE. **(SEI 161.00194/2021-14)**

**PROC. Nº 0084/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 043/22**, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que denomina Rua Geralsina Basler o logradouro conhecido como Acesso A – Vila Dona Teodora –, localizado no Bairro Humaitá. **(SEI 042.00010/2022-27)**

**PROC. Nº 0243/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 124/22**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia, que denomina Rua Vila Nazaré o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Dois Mil Sessenta Nove, localizado no Bairro Mário Quintana. **(SEI 025.00031/2022-60)**

**PROC. Nº 0248/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 126/22**, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Eva Rosa de Lima o logradouro público conhecido como Travessa G – Vila da Chácara do Banco –, localizado no Bairro Restinga. **(SEI 034.00155/2022-36)**

**PROC. Nº 0250/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 128/22**, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Travessa Valdir Martins o logradouro público não cadastrado conhecido como Trav. J – Vila da Chácara do Banco –, localizado no Bairro Restinga. **(SEI 034.00160/2022-49)**

**PROC. Nº 1293/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 573/21**, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que inclui a efeméride Mês de Conscientização sobre Comunicação Alternativa, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de outubro, e dá outras providências. **(SEI 020.00046/2021-41)**

**PROC. Nº 1327/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 595/21**, de autoria dos Vers. José Freitas e Alvoni Medina, que inclui a efeméride Dia da Educadora da Escola Bíblica Infantil – EBI no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores –, a ser comemorado no terceiro domingo do mês de outubro. **(SEI 034.00515/2021-19)**

**PROC. Nº 1328/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 596/21**, de autoria dos Vers. José Freitas e Alvoni Medina, que inclui a efeméride Dia do Obreiro da Universal no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores –, a ser comemorado no segundo sábado do mês de novembro. **(SEI 034.00514/2021-74)**

**PROC. Nº 0015/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 005/22**, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que institui o Centro Municipal de Diagnóstico Médico do Transtorno do Espectro Autista. **(SEI 024.00001/2022-54)**

**PROC. Nº 0142/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 070/22**, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que inclui a efeméride Mês da Conscientização sobre a Síndrome de Down – Março Azul e Amarelo – no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de março. **(SEI 024.00019/2022-56)**

**PROC. Nº 0166/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 088/22**, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à senhora Cristiane Machado Pires Ramos. **(SEI 020.00008/2022-70)**

**PROC. Nº 0203/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 104/22**, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que estabelece o 30 de março como Dia Municipal de Conscientização da Pessoa com Transtorno Bipolar no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, bem com institui a Semana Municipal de Conscientização da Pessoa com Transtorno Bipolar. **(SEI 036.00036/2022-81)**

**PROC. Nº 0244/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/22**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Sindicato Médico do Rio Grande do Sul – Projeto Trote Solidário. **Com Emenda nº 01, da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo.** **(SEI 161.00044/2022-83)**

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, essencialmente nossos visitantes do Banrisul e outros bancários, quero cumprimentar o vereador pela proposição apresentada; eu sou servidor da Fazenda do Estado e sou um fervoroso defensor do Banrisul público, pelo que ele faz e pelo serviço que presta ao nosso Estado e à nossa gente. Eu estou aqui falando em Pauta sobre o Projeto de Lei do Legislativo nº 399/21, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth e do Ver. Cassiá Carpes, que estabelece que as redes de infraestrutura de cabeamento para a transmissão de energia elétrica, de telefonia, de comunicação de dados via fibra óptica, de televisão a cabo e de outros cabeamentos deverão ser exclusivamente subterrâneas. Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth e Ver. Cassiá Carpes, meus cumprimentos, vocês têm meu apoio, é necessário que isso aconteça, acho que o prazo estabelecido, de 15 anos, também é, diria, razoável, e Porto Alegre precisa avançar.

Agora, eu quero fazer um paralelo com o projeto que apresentei, já faz cinco anos, para que se retirem, dos postes de energia elétrica, cabos e fios inservíveis, inúteis que estão lá, Ver. Cassiá. São quase cinco anos que nós demos o prazo de um ano para retirar, e as coisas vão muito devagar, quase parando! Mais uma vez estou aqui suplicando ao Executivo municipal de cobre ação dessa lei, porque o povo de Porto Alegre tem apoiado intensamente. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Sr. Presidente, colegas vereadores, na sessão de segunda-feira, eu fui acusado por um vereador desta Casa – eu nem vou citar o nome, porque se eu citar é capaz de ele me acusar novamente de racismo –, e esse vereador botou nas suas redes a minha fala nesta Casa, nesta tribuna, e eu quero que vocês ouçam – vocês vão ver o vídeo ali e vão ouvir aqui, porque, infelizmente, ali não sai o som.

(Procede à apresentação de vídeo.)

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Eu pergunto para os colegas vereadores: será que esquecer o nome de um colega é um ato de racismo? Eu quero que esse vereador chegue à minha idade com saúde. De todos os vereadores que usaram o microfone de aparte – eu cheguei para a minha secretária, que estava aqui ao lado – perguntei o nome, porque eu esqueci um por um. Dos 90% dos 10 ou mais que usaram a tribuna, eu esqueci, eu esqueço o nome, eu olho para a pessoa e não consigo falar, eu não sei se isso é uma sequela da Covid, eu não sei. Mas aí eu pergunto para os nobres vereadores: Será que isso é um ato de racismo?

E, diante disso – eu só queria deixar bem claro para os colegas vereadores – nós vamos tomar as providências cabíveis, porque eu não autorizei o uso da minha imagem. Eu não autorizei! Então, por isso, vamos tomar as providências cabíveis. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Mateus Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Olha, tem uma frase de uma música que eu gosto muito que diz o seguinte: “Quando não souber o que falar, não fale nada”. O vereador acabou de vir aqui e expos um vídeo, que eu convido vocês a verem e reverem quantas vezes vocês quiserem, em que eu iniciei dizendo a seguinte frase: “Quero falar sobre racismo na Câmara de Vereadores...”, citando uma matéria publicada pelo Jornal Sul 21, na semana passada, em que as quatro vereadoras desta Casa e eu citamos diversas situações que nós vivenciamos aqui dentro neste um ano e quatro meses de mandato, onde, pela primeira vez, vocês estão tendo de lidar com uma bancada de vereadores negros, num espaço que era monocromático, ou seja, de uma cor só. E, à medida em que a gente entra aqui, nós trazemos também a necessidade de esta Casa fazer uma série de modificações sobre a sua cultura e sobre as relações que foram estabelecidas aqui dentro. É sobre isso que nós estamos falando, certo.

Quero dizer, Ver. José Freitas, que eu cito o seu nome, sem problema algum, como citei num aparte que eu lhe pedi na segunda-feira. Se o problema do vídeo é autorização de imagem, bom, já aconselho o senhor a rever a argumentação, porque eu utilizei uma imagem pública, passada ao vivo na TVCâmara, no YouTube, e foi dessa forma que o senhor resolveu me colocar nessa situação na segunda-feira, de maneira completamente deselegante, vereador. O senhor acabou de dizer aqui que para todos os vereadores se perguntou o nome para o único vereador negro que entreviu naquele momento, o senhor agiu de forma diferente, e a gente está trabalhando aqui com um aspecto das relações raciais no Brasil por que, muitas vezes, o preconceito se expressa pela invisibilização, invisibilização. Ontem aconteceu um fato que deveria fazer esta Casa aqui pensar. Um vereador de São Paulo, não viu que seu microfone estava ligado, falou que não lavar calçada é coisa de preto. Está repercutindo no Brasil inteiro, deu nos jornais, ele até desfiado do PSB, expressando como no nosso País – que vivenciou quase quatro séculos de escravidão, e depois décadas de abolição em que se negava a existência do racismo – a gente vê uma série de relações de subalternidade, de discriminação, que relegam à população negra a um lugar invisível, a um lugar que está sempre relacionado com aquilo que é negativo na nossa sociedade, e isso nós não vamos aceitar.

Nós somos vereadoras e vereadores desta Casa, como bancada negra, e queremos ser tratados com as formalidades que o próprio regimento desta Casa impõe. Poderia ter chamado de senhor, de vossa excelência, de vereador, como muitas vezes

acontece, mas, não, preferiu me tratar daquela forma publicamente, e eu respondi na hora, e lamento inclusive que V. Exa. não tenha tido a boa vontade de refletir sobre o tema, de ler a matéria, de se colocar no lugar dos vereadores. Vejam só o depoimento da Ver.<sup>a</sup> Bruna.

Eu pergunto aqui para algum vereador ou vereadora desta Casa se foi barrado ao entrar numa sessão por três vezes? Foi isso que a Ver.<sup>a</sup> Bruna relatou. Já aconteceu alguma vez aqui? Se aconteceu, me digam, certo, porque está errado, está completamente errado. Nós queremos aqui construir uma outra cultura política que vai incluir, a partir de agora, negras e negros, a periferia, no ambiente que se dizia a Casa do Povo, mas que estava bem desconectado do povo, e a partir de agora vocês vão ter que nos chamar pelo nome. Aliás, se há algo dessa discussão, que eu tenho certeza que não vai acontecer mais, é o vereador errar o meu nome. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Eu já quero pedir desculpa aos meus queridos colegas, se um dia eu esquecer o nome, a Covid me deixou assim. Eu não lembrei o nome do governador há uma semana, lá na Fecomércio, fui me dirigir a ele e esqueci. Quase que o chamei de Randolfe Rodrigues. Foi melhor eu não ter citado o nome. O diretor legislativo me pede para citar o nome dos vereadores que colocaram o voto “não”

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Vamos fazer alguns registros relativamente às proposições anteriores e intenções de votos contrários. Adianta-se que as proposições estão aprovadas, mas houve várias manifestações pelo *chat* que, em razão de uma instabilidade, nós acabamos... Mas, enfim, só para os registros, fica a intenção registrada. Na moção relativa ao Banrisul, manifestam intenção contrária os vereadores Jessé Sangalli, Felipe Camozzato, Mari Pimentel, Ramiro Rosário e Comandante Nádia. Em relação ao projeto das parcelas autônomas, registraram votos contrários os Vers. Jessé Sangalli, Felipe Camozzato e Ramiro Rosário. Feito o registro para assentamentos na ata oportunamente.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação requerimento de autoria do Ver. José Freitas, que retira o regime de urgência do PLL nº 431/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h44min.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h45min:** Estão reabertos os trabalhos.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h46min.)

\* \* \* \* \*